

ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA: UMA ESTRATÉGIA PARA PARTICIPAÇÃO DO ENFERMEIRO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

NURSING ESPECIALIZATION IN PUBLIC HEALTH: A STRATEGY TO NURSES PARTICIPATION IN THE ONLY SYSTEM OF HEALTH

ESPECIALIZACIÓN DE ENFERMERIA EN SALUD PÚBLICA: UNA ESTRATÉGIA PARA LA PARTICIPACIÓN DE ENFERMERIA EN EL SISTEMA LOCAL DE SALUD

ROSENI ROSÂNGELA CHOMPRÉ*
MARIA RIZONEIDE NEGREIROS DE ARAÚJO*
SUELENE COELHO**

Resumo

Descreve a experiência de ensino sustentada na concepção pedagógica problematizadora. Apresenta os aspectos históricos da implantação do Curso de Especialização de Enfermagem em Saúde Pública na Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Informa sobre os antecedentes e o modelo curricular do curso, enfatizando o propósito de ampliar a cobertura do programa e facilitar o acesso de enfermeiros dos serviços básicos de saúde. Destaca a modalidade de descentralização do curso e as metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas. Apresenta os resultados quantitativos dos egressos no período de 1988 a 1998. Conclui reafirmando a importância do curso enquanto uma estratégia de capacitação de enfermeiros para atuarem na Rede de Serviços Básicos de Saúde.

Palavras-chaves: Enfermagem em Saúde Pública/educação, Especialidade

Embora a criação de Escolas de Enfermagem no país, no início deste século buscasse atender às demandas de organização de saúde coletiva, a presença do enfermeiro na rede ambulatorial só foi incrementada recentemente. Estudo realizado pelo COFEn/ABEn em 1985, apontou a instituição hospitalar como cenário privilegiado da inserção da força de trabalho da enfermagem⁽¹⁾.

Os movimentos que priorizavam mudanças dos paradigmas de saúde e que culminaram com a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde propuseram uma nova organização do sistema de saúde. Este novo paradigma, apoiado no movimento da Reforma Sanitária Brasileira, trouxe à tona inquietações do ponto de vista político e organizacional, recolocando entre seus princípios, o fortalecimento das unidades locais de saúde. A contribuição da enfermagem na construção do referido modelo impôs o estabelecimento de novas estratégias de preparação de recursos humanos, para atender os princípios transcritos na Reforma Sanitária e postulados na Lei Orgânica de Saúde - Lei 8080/90⁽²⁾. Para tal foi elaborado um plano de capacitação para a enfermagem brasileira, a partir de um acordo firmado entre a Organização Panamericana de Saúde e os Ministros da Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social⁽³⁾. A proposta está sustentada na idéia de que a transformação da prática da enfermagem contribui na reorganização dos serviços de saúde. Para tanto, o enfermeiro deve assumir a responsabilidade na capacitação dos trabalhadores de enfer-

magem. O processo considera a heterogeneidade de composição da força de trabalho de enfermagem quanto à sua preparação, formação e inserção nos diferentes níveis de atenção.

No Estado de Minas Gerais, o processo de educação continuada teve início na Secretaria do Estado da Saúde, na década de 80, como uma estratégia para a implementação do projeto Larga Escala, que tinha por objetivo implantar programas de formação de profissionais auxiliares de enfermagem inseridos na rede de serviços básicos.

Esse processo desencadeou a construção de uma estratégia de capacitação de enfermeiros para atuarem como instrutores nos programas de formação de Auxiliar de Enfermagem. Os programas para capacitação do enfermeiro e de formação do auxiliar têm como proposta pedagógica a vinculação do aprender nos espaços de vivência profissional, rompendo com a dicotomia entre teoria e prática e com a utilização de metodologias tradicionais de ensino, a partir:

- da compreensão da totalidade do processo de trabalho em saúde, garantindo a especificidade da enfermagem;
- da estruturação do conhecimento em áreas que organizem um conjunto de práticas, contemplando o perfil da ação da enfermagem no nível ambulatorial;
- da utilização de modelos metodológicos que privilegiem a integração ensino-serviço, como eixo articulador da teoria e da prática.

* Professoras Adjuntas da Escola de Enfermagem da UFMG.
** Professora Auxiliar da Escola de Enfermagem da UFMG.

Endereço para correspondência:
Rua Curitiba 2232/301 - Lourdes
30170-122 - Belo Horizonte - MG
E-mail: chompre@gold.com.br

Para garantir estes pressupostos, o programa foi construído em um modelo de currículo integrado, cujos conteúdos abordam o cotidiano das ações de saúde, tais como: controle das doenças transmissíveis; assistência integral à saúde da mulher, da criança e do adolescente; os agravos à saúde do adulto; administração dos serviços de enfermagem e o preparo pedagógico como suporte para o desenvolvimento dos processos de formação do pessoal auxiliar.

O objetivo deste artigo é relatar as experiências do Curso de Especialização de Enfermagem em Saúde Pública, ofertado pela Escola de Enfermagem da UFMG, em parceria com diferentes instituições de saúde.

Antecedentes e estrutura curricular do curso de especialização de enfermagem em Saúde Pública

O Projeto do Curso de Especialização de Enfermagem em Saúde Pública (CEESP), do Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública (EMI) da Escola de Enfermagem da UFMG (EE/UFMG) criado em 1988, originou-se da necessidade de atender a demanda de qualificação de enfermeiros da rede ambulatorial, em especial, a Rede Básica de Serviços de Saúde⁽³⁾. Esta necessidade foi sustentada pelos seguintes pressupostos:

a) no âmbito das instituições formadoras: o vazio tecnológico, advindo da não incorporação de conteúdos e metodologias de intervenção específicos na rede básica de saúde, foi identificado, praticamente, em todos os cursos de graduação de enfermagem, na década de 70. Visando minimizar a situação, criou-se, em 1976, as habilitações em Enfermagem (Saúde Pública, médico-cirúrgica e obstétrica), como mecanismos para suprir as deficiências dos programas de graduação geral, conforme determinava a Portaria 04/72, do extinto Conselho Federal de Educação⁽⁴⁾. Ao longo do tempo, este mecanismo mostrou-se insuficiente enquanto estratégia de formação do enfermeiro, principalmente por seu caráter optativo. No caso da Escola de Enfermagem da UFMG, a experiência das Habilitações de Enfermagem em Saúde Pública resultou em maior aproximação desta com as Redes de Serviços Estadual e Municipal e um maior compromisso dos docentes com as propostas de organização de serviços e qualificação de recursos humanos de enfermagem⁽⁵⁾;

b) no âmbito das instituições prestadoras de serviços de saúde: na perspectiva da reorientação do sistema de saúde e das práticas assistenciais, a Organização Panamericana de Saúde (OPS), o Ministério da Saúde (M.S.), o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), as Secretarias de Estado e de Municípios propuseram estratégias e mecanismos de capacitação de recursos humanos no setor³. Entre estes, destacaram-se aqueles direcionados à formação de pessoal de nível médio, em especial, de enfermagem. Tal prioridade refletiu a situação quanti-qualitativa do pessoal do setor, que constituía 41,3% de toda força de trabalho da área de saúde do País, dos quais mais de 60% era representada por pessoal de nível médio e elementar⁽⁶⁾. Este quadro, prevalente

até o momento, o que instruiu a adoção de medidas direcionadas à:

- capacitação e formação de pessoal de nível médio e elementar, com adoção da concepção pedagógica apropriada, metodologias de ensino voltadas para o indivíduo adulto e estratégias de integração ensino/trabalho;
- estruturação dos cursos de graduação em enfermagem, superando o modelo hegemônico, biomédico, reducionista em relação ao processo saúde/doença e sustentado por uma prática voltada para o indivíduo hospitalizado;
- ampliação dos cursos de pós-graduação na área de enfermagem, como forma de assegurar que enfermeiros da rede de serviços e docentes de enfermagem dominem conteúdos técnico-científicos indispensáveis para o trabalho da enfermagem, na produção de serviços da rede básica de saúde.

Estas medidas originaram princípios e diretrizes que subsidiaram a Escola de Enfermagem/UFMG na elaboração do Projeto do CEESP. Na etapa inicial ocorreu um agrupamento de algumas Escolas de Enfermagem do país, que, apoiadas pela Organização Panamericana de Saúde, Ministério da Saúde e Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, firmaram um projeto interinstitucional, em nível nacional, de programas de especialização para enfermeiros da Rede Básica de Serviços de Saúde. Os programas deveriam direcionar-se para a capacitação de enfermeiro com perfil para atuar nos programas de formação de pessoal de nível médio e elementar e na reorganização dos serviços básicos de saúde.

Em 1982, durante o "II Seminário Nacional sobre o Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa em Enfermagem", os cursos de Especialização foram considerados como uma alternativa relevante para o preparo de enfermeiros de serviços, por constituírem uma rápida resposta às necessidades que demandam o trabalho do enfermeiro. Tal consideração, ao ser cotejada com dados do documento Força de Trabalho em Enfermagem⁽¹⁾ demonstra que as instituições de serviço não têm utilizado os cursos de especialização como estratégia de qualificação da força de trabalho dos enfermeiros. Segundo o COFEn⁽¹⁾ em 1985, dos 25.813 enfermeiros em exercício no país, apenas 38,7% tinham curso de especialização, destes 30,9% eram especialistas em Administração Hospitalar e 34,2% na área de Educação e Ensino.

Não cabe aqui, analisar os fatores que geraram essa situação; porém, o fato das Universidades, a quem compete uma ação mais efetiva na área, terem ficado distantes em relação às políticas de saúde e seus desdobramentos para a formação, pode ser apontado como um importante motivo. Tal fato sinaliza às Escolas de Enfermagem quanto à necessidade de recriação de cursos de pós-graduação que contribuam para mudar a situação, notadamente, neste momento, quando se pretende uma reorganização do sistema de saúde. É necessário, no entanto, que, "a priori", definam-se áreas estratégicas de concentração, que priorizem a preparação do pessoal de enfermagem, desenvolvendo-lhe a capacidade de compreender o pro-

cesso saúde/doença, realizar ações de intervenção junto à comunidade e organizar os serviços, tendo como referência as necessidades, demandas e problemas de saúde da população.

Para tanto, é imprescindível que se privilegiem propostas que considerem o que vem ocorrendo no setor saúde, principalmente, nas duas últimas décadas, quando ocorreu uma ampliação da rede básica dos serviços como um dos resultados mais nítidos das políticas implementadas no setor. O movimento da Reforma Sanitária incorporou este fato e apresentou à sociedade brasileira uma proposta de reorganização e redirecionamento no funcionamento dos serviços de saúde, sustentado pelos princípios de equidade, integralidade das ações, hierarquização e regionalização dos serviços, com vistas a uma maior resolubilidade.

É com a perspectiva de participar efetivamente do processo de reorientação das práticas do setor, que o CEESP foi planejado⁽³⁾ e vem sendo implementado, com os seguintes objetivos:

- capacitar o enfermeiro em conteúdos tecnológicos das áreas assistenciais básicas;
- capacitar o enfermeiro para intervir política e administrativamente no processo de reorganização dos serviços locais de saúde;
- instrumentalizar o enfermeiro para assumir seu papel de instrutor-supervisor, com vistas à formação de pessoal de nível médio e elementar, da área.

Assim, o Curso de Especialização de Enfermagem em Saúde Pública propõe recuperar a competência técnica do enfermeiro, visando a integralidade da assistência, de forma resolutiva, oportuna e contínua, participando da ampliação da cobertura dos serviços e qualidade do trabalho.

O curso destina-se, prioritariamente, aos enfermeiros de instituições de saúde, com atuação na rede básica de serviços e aos docentes de enfermagem.

Além dos aspectos indicados, a proposta do CEESP, considerou as experiências acumuladas no desenvolvimento da Habilitação em Enfermagem de Saúde Pública, e as propostas e experiências de Educação Continuada para Enfermeiros, orientando-se ainda pelos seguintes princípios:

- utilização, no processo de ensino-aprendizagem, da pedagogia da problematização ou crítico-participativa;
- integralização dos conteúdos programáticos em disciplinas, tendo como referência o perfil epidemiológico e sanitário da população;
- integração ensino-serviço como estratégia para garantir que o processo ensino/aprendizagem viesse a contribuir na organização dos serviços locais de saúde;
- integração interinstitucional como forma de racionalizar e potencializar recursos disponíveis.

Para garantir coerência entre estes princípios e o desenvolvimento do plano curricular, as disciplinas são desenvolvidas em 5 áreas do conhecimento, intercaladas com períodos em que o aluno atua nos serviços básicos de saúde. Foram estabelecidos instrumentos formais, para garantir a participação dos enfermeiros das instituições de prestação de serviço no desenvolvimen-

to da proposta e a utilização das unidades de serviço como o espaço de aprender fazendo.

O currículo do curso⁽³⁾ foi desenhado a partir do perfil definido para o enfermeiro na rede básica de serviço. Considerando, ainda, as suas competências para organizar e monitorar o processo de trabalho em enfermagem, atuar como instrutor-supervisor do pessoal auxiliar e, também, realizar ações de intervenção dirigidas a indivíduos e coletivos em situação de risco. Estes conhecimentos estão organizados sob a forma de currículo integrado, em estrutura modularizada, que corresponde às disciplinas:

Enfermagem de Saúde Pública A - aborda algumas concepções pedagógicas, refletindo sobre sua utilização e consequências no processo ensino/aprendizagem. Aprofunda na concessão da pedagogia da problematização, tendo como referência para discussão e análise, o modelo de currículo integrado para formação do auxiliar de enfermagem, com estratégias de integração ensino/trabalho e a metodologia de ensino problematizadora. Objetiva capacitar o enfermeiro para a função supervisor-instrutor.

Enfermagem de Saúde Pública B - enfoca o processo saúde/doença, faz uma revisão fisiopatológica das principais doenças transmissíveis e aplica as medidas de controle.

Enfermagem de Saúde Pública C - enfoca a assistência à saúde da mulher, da criança e do adolescente, como participantes de um grupo familiar e social, numa concepção de integralidade. Aplica a semiótica na assistência a esse grupo, para identificar os achados normais, aplicar os tratamentos padronizados e encaminhar para outros profissionais, quando necessário. Aprofunda os conhecimentos da reprodução humana, relacionando-os com as estratégias de sobrevivência da família.

Enfermagem de Saúde Pública D - aborda a saúde do homem urbano e rural no contexto econômico, social, cultural e político. Considera as consequências do trabalho, os modos de viver e suas implicações no processo saúde/doença. Trabalha com as principais doenças crônico-degenerativas que acometem a população adulta. Utiliza a reflexão crítica para buscar as formas de intervenção individual e coletiva.

Enfermagem de Saúde Pública E - estuda a organização e funcionamento atual dos Serviços Locais de Saúde, relacionando as ações desenvolvidas com as necessidades, demandas e problemas de saúde da população adscrita. Aborda o processo de produção de Serviços de Saúde e a forma de integração da enfermagem neste processo, enfatizando a definição de base territorial, população adscrita, problemas e necessidades de saúde e medidas de intervenção, como eixos da programação de saúde. Analisa a assistência de enfermagem inerente ao processo de trabalho em saúde, enfocando a composição da equipe e a divisão técnica do trabalho. Estuda o processo

gerencial enquanto ação política, técnica e administrativa, que viabiliza a programação em saúde, destacando os mecanismos de acompanhamento e avaliação do processo de trabalho. Articula os conteúdos das unidades anteriores, enfatizando os princípios e pressupostos de um modelo assistencial, a partir da Unidade Local de Saúde.

Trata-se de um curso voltado preferencialmente para enfermeiros que estão inseridos na rede ambulatorial, representando uma conquista e a ocupação de espaços democráticos criados pelo projeto de Reforma Sanitária. Ao mesmo tempo, é um projeto pedagógico que reforça a pertinência de articular e aproximar os mundos do ensino e do trabalho, bem como recuperar a dimensão humana do agente em formação⁽⁷⁾.

Dinâmica do curso

O CEESP vem sendo oferecido como um dos mecanismos estratégicos para a institucionalização de um processo desenhado simultaneamente em várias instituições de ensino e serviço de saúde no país. Sua implantação e implementação contou com o apoio de diferentes instituições, como OPAS, Ministério da Saúde e da Previdência e Assistência Social, Secretarias Estaduais e Municipais e ainda de docentes dos diversos Departamentos da Escola de Enfermagem da UFMG e de enfermeiros da rede ambulatorial das Secretarias Municipal e Estadual.

Esses momentos próprios da implementação demandaram dos docentes responsáveis pelo curso, a realização da capacitação pedagógica.

A dinâmica do curso, permitiu estabelecer em processo de capacitação de enfermeiros e docentes de outros estados brasileiros, que tinham como tarefa, tornarem-se multiplicadores em suas respectivas instituições de origem.

O curso, oferecido inicialmente na modalidade presencial, passou a utilizar mecanismos que permitissem atividades semi-presenciais. No momento, o Curso está sendo oferecido na sede e em outros municípios na modalidade semi-presencial, como estratégia para facilitar o acesso e ampliar a demanda. Para analisar os resultados do trabalho realizado no Curso de Especialização de Enfermagem em Saúde Pública, é necessário focar 3 linhas de ação: capacitação docente; oferecimento do curso propriamente dito; atividades de educação continuada.

A via da capacitação docente está sendo realizada através da proposta de preparação de docentes de outras Escolas de Enfermagem do País e de enfermeiros do serviço que atuam como instrutores em programas de formação de auxiliar de enfermagem.

O curso conta com a participação de docentes dos três departamentos da EEUFMG, tendo um núcleo de professores no Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública. O processo de capacitação pedagógica e do conteúdo técnico específico de cada disciplina envolveu profissionais e docentes das Escolas de Enfermagem do Estado de Minas Gerais, capacitando-as para a tarefa de implantação do currículo

o mínimo de Enfermagem e inovação do modelo de formação dos Auxiliares de Enfermagem nos cursos oferecidos pelas Escolas.

A capacitação se estendeu a docentes da Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia e do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A oferta desse curso representou uma alternativa para os enfermeiros de diferentes instituições de saúde, especialmente das Secretarias Municipais de Belo Horizonte, Ipatinga, João Monlevade e Betim.

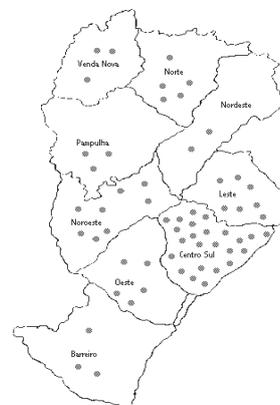
As estratégias adotadas de parceria com Instituições de serviços de Saúde permitiram o acesso de enfermeiros de diferentes regiões do Estado. A região do Triângulo Mineiro é a única área que ainda, não conta com egressos do curso, (Mapa 1).

Em Belo Horizonte, os egressos concentram-se na Regional Centro-Sul. As demais regionais de saúde têm feito esforços para dar oportunidade dos enfermeiros realizarem o curso (Mapa 2).



Fonte: Colegiado de Pós-graduação da Escola de Enfermagem da UFMG

Mapa 1 - Distribuição espacial dos egressos do Curso de Especialização de enfermagem em Saúde Pública no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1998.



Fonte: Colegiado de Pós-graduação da Escola de Enfermagem da UFMG

Mapa 2 - Distribuição do Curso de Especialização em Enfermagem de Saúde Pública por Distrito Sanitário de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1998.

O curso tem como sede a Escola de Enfermagem da UFMG, já tendo formado 203 enfermeiros, que atuam em diferentes instituições no Estado, como demonstram os dados na (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição dos alunos matriculados no CEESP por Instituição de origem no período de 1988 a 1996. Belo Horizonte, 1998.

| Instituição | Nº | % |
|--|------------|---------------|
| Sec. Estadual de Saúde de Minas Gerais | 42 | 20,7 |
| Sec. Municipal de Saúde de Belo Horizonte | 56 | 27,59 |
| Sec. Municipais de Saúde do interior de Minas Gerais | 70 | 34,48 |
| Inst. Nac. de Assist. Médica e Previdência Social | 17 | 8,37 |
| Hospital das Clínicas da UFMG (Ambulatórios) | 7 | 3,45 |
| Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) | 6 | 2,95 |
| Fundação Hosp. do Est. de Minas Gerais | 1 | 0,49 |
| Sem vínculo empregatício | 3 | 1,48 |
| Outros | 1 | 0,49 |
| Total | 203 | 100,00 |

Fonte: Colegiado de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da UFMG

Apesar de Belo Horizonte ter maior concentração de enfermeiros, em relação a outros municípios do Estado, bem como as oportunidades de aperfeiçoamento serem também maiores, as Secretarias Municipais de Saúde do interior apresentam um percentual maior (34,48%) justificada pela participação significativa dos enfermeiros do Município de João Monlevade e Ipatinga.

Buscando ampliar a cobertura do Curso e facilitar o acesso dos enfermeiros de Regiões prioritárias no Estado, foi desencadeado na Escola, um processo para oferecimento do curso fora da sede, em convênio com outras Universidades e Secretarias Municipais de Saúde. O primeiro curso fora da sede está sendo realizado com a Universidade Estadual de Montes Claros, iniciado no 2º semestre segundo 1997. O próximo curso deverá ser oferecido em parceria com o Curso de Enfermagem da Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina

Conclusão

O curso vem cumprindo com o seu propósito de ampliar o quantitativo dos enfermeiros que atuam na rede ambulatorial, com o título de Especialista de Enfermagem em Saúde Pública. No momento, a proposta é a descentralização do curso, como estratégia para facilitar e ampliar o acesso dos enfermeiros dos municípios do Estado e criar as condições favoráveis para a sua oferta à distância.

O curso foi importante, ainda, para o processo de construção do guia curricular para auxiliar de enfermagem e enfer-

meiros na área hospitalar e implementar a utilização do guia curricular na área ambulatorial, que estão sendo utilizados pelos Cursos da EEUFMG e definido para outras instituições de ensino e de serviço.

Ressalta-se também, que o conteúdo e os aspectos metodológicos do ensino de Semiologia foram ampliados a um número grande de docentes dos departamentos da Escola de Enfermagem da UFMG e a todas as Escolas de Enfermagem do Estado de Minas Gerais e de outros Estados. Esse processo tem garantido a incorporação destes conteúdos no novo currículo de Enfermagem, implantado em 1997.

Summary

This work describes the sustained teaching experience in the problematical pedagogic concept. Presents the historic aspects of the Nursing Especialization Course in Public Health implant in the UFMG Nursing School. Informs about the antecedents and the curricular model of the course, giving emphasis on the purpose of program's conjecture ampliation and facilitates the access to nurses from the basic services of health. Gives attention to the descentralization modality of the course and to the teaching-learning's methodologies given. Shows the quantitative results of the students to 1988 until 1986. Concludes with a reaffirmation of the importancy of the course as a strategy to capacitate nurses to act in the Basis Services of Health.

Key-words: Public Health Nursing/education, Specialism

Resumen

El trabajo es una descripción de una experiencia de enseñanza que se sustenta en la concepción pedagógica problematizadora. Presenta los aspectos históricos de la implantación del Curso de Especialización de Enfermería en Salud Pública en la Escuela de Enfermería de la Universidad Federal de Minas Gerais. Informa los antecedentes y el modelo curricular del curso, enfatizando el propósito de ampliación de la cobertura del curso y los mecanismos para facilitar el acceso de los enfermeros de los servicios ambulatoriales. Destaca la modalidad de descentralización del curso, informando las metodologías de enseñanza utilizadas en el desarrollo de la propuesta y los resultados obtenidos en el período de 1988 a 1996. Concluye sobre la importancia del curso como una estrategia de capacitación de los enfermeros de la Rede de Servicios Básicos de Salud.

Unitermos: Enfermería en Salud Pública/educación, Especialización

Referências Bibliográficas

1 - Conselho Federal de Enfermagem. Força de Trabalho em Enfermagem. In: Conselho Federal de Enfermagem. O exercício de

ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA: UMA ESTRATÉGIA
PARA PARTICIPAÇÃO DO ENFERMEIRO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

- enfermagem nas instituições de saúde no Brasil. 1982/1983. Rio de Janeiro: COFEn/ABEn; 1995. v.1
- 2 - Brasil. Leis e Decretos. Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 set. 1990: 18055-9.
- 3 - Amaral MSP. et al. Projeto de Curso de Especialização em Enfermagem de Saúde Pública. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem da UFMG; 1988.
- 4 - Brasil. Conselho Federal de Educação. Resolução n. 04, de 25 de fevereiro de 1972. Estabelece o currículo mínimo de enfermagem e obstetrícia. Brasília, 1972.
- 5 - Silva GB. Enfermagem Profissional: análise crítica. São Paulo: Cortez; 1986.
- 6 - Nogueira RP. Dinâmica do mercado de trabalho em saúde no Brasil, 1970-1983. Brasília: OPS; 1986.
- 7 - Paim, J. S. Recursos humanos em saúde no Brasil: problemas crônicos e desafios agudos. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP; 1994.